



## DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : SUAVE ALIMENTOS LTDA.

CNPJ/CPF : 86.377.348/0001-18

Empreendimento : SUAVE ALIMENTOS LTDA.

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda Água Bonita número/km S/N Bairro Zona Rural Cep 35666-000 Maravilhas - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Maravilhas (LAT) -19.5171, (LONG) -44.6554

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 4

Modalidade de licenciamento : LAC1

Processo Administrativo Licenciamento : 872/2023

### Motivo da decisão:

A equipe interdisciplinar da SUPRAM/ASF sugere o INDEFERIMENTO desta Licença Ambiental Concomitante - LAC 1, fase de Licença de Operação Corretiva, para o empreendimento Suave Alimentos Ltda, para as atividades de "Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) (D-01-02-5) e Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.) (D-01-02-4)", localizado no município de Maravilhas-MG, tendo em vista que foi assinalado no módulo de caracterização que não houve intervenção ambiental no empreendimento, o que ocasionou a formalização do processo de licenciamento sem o devido processo de Autorização para Intervenção Ambiental, caracterizando-se assim insuficiência técnica durante a etapa de formalização do processo no SLA.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Divinópolis, 27/10/2023.

Documento assinado eletronicamente por KAMILA ESTEVES LEAL, Superintendente, em 27/10/2023 16:15 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.